



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADA: Associação Beneficente da Indústria Carbonífera de Santa Catarina (SATC)		UF: SC
ASSUNTO: Reexame do Parecer CNE/CES nº 673, de 11 de novembro de 2020, que tratou do credenciamento do Centro Universitário SATC (UniSATC), com sede no município de Criciúma, no estado de Santa Catarina, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância.		
RELATOR: Joaquim José Soares Neto		
e-MEC Nº: 201607558		
PARECER CNE/CES Nº: 92/2022	COLEGIADO: CES	APROVADO EM: 27/11/2022

I – RELATÓRIO

Trata o presente processo de reexame do Parecer CNE/CES nº 673, de 11 de novembro de 2020, que tratou do credenciamento do Centro Universitário SATC (UniSATC), com sede no município de Criciúma, no estado de Santa Catarina, para a oferta de cursos superiores na modalidade Educação a Distância (EaD).

Em 11 de novembro de 2020, a Câmara de Educação Superior (CES) apreciou a matéria em comento e aprovou, por unanimidade, o Parecer CNE/CES nº 673/2020, de lavra do Conselheiro Sergio de Almeida Bruni, nos seguintes termos:

[...]

Considerações do Relator

De acordo com os elementos colhidos no presente processo, bem como nos apontamentos efetuados no relatório acima, não acolho o parecer da SERES, que sugeriu o indeferimento do pedido de credenciamento para oferta de cursos superiores na modalidade a distância (EaD) do Centro Universitário SATC (UniSATC), pois entendo que, em uma análise global e sistêmica, as falhas apontadas são pequenas e não comprometem a qualidade do ensino da IES, não impedindo assim o seu credenciamento EaD.

A IES obteve o Conceito Institucional (CI) 4 (quatro) na avaliação in loco, realizada no período de 17 a 21 de fevereiro de 2019 (Código da Avaliação nº 135568):

<i>Dimensões</i>	<i>Conceitos</i>
<i>Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional</i>	<i>4,67</i>
<i>Eixo 2: Desenvolvimento institucional</i>	<i>4,67</i>
<i>Eixo 3: Políticas acadêmicas</i>	<i>4,2</i>
<i>Eixo 4: Políticas de gestão</i>	<i>3,57</i>
<i>Eixo 5: Infraestrutura</i>	<i>2,65 (Grifo nosso)</i>
<i>Conceito Final Contínuo</i>	<i>3,95</i>
<i>Conceito Final</i>	<i>4</i>

Da mesma forma, o Curso de Engenharia de Produção, bacharelado, pleiteado quando da solicitação do presente processo, também obteve Conceito de Curso (CC) 4 (quatro) na avaliação in loco, realizada no período de 7 a 10 de novembro de 2018 (Código da Avaliação: nº 135569):

<i>Dimensão /Conceito Final</i>	<i>Conceito</i>
<i>Dimensão 1 - Organização Didático-Pedagógica</i>	<i>3,94</i>
<i>Dimensão 2 - Corpo Docente e Tutorial</i>	<i>4,36</i>
<i>Dimensão 3 - Infraestrutura</i>	<i>4,30</i>
<i>Conceito Final Contínuo</i>	<i>4,17</i>
<i>Conceito Final Faixa</i>	<i>4</i>

Assim, apesar de a IES ter obtido conceitos insatisfatórios em dois indicadores do Eixo 5 – Infraestrutura: conceito 2 (dois) no indicador 5.7 laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física e conceito 1 (um) no indicador 5.14 Infraestrutura tecnológica, entendo que as falhas apontadas são pontuais e sanáveis, não comprometendo a qualidade do ensino. (Grifo nosso)

Neste sentido, recomendo que a IES, que tem 61 (sessenta e um) anos de ótimos serviços prestados ao Ensino Superior, adote de forma imediata as medidas cabíveis com o intuito de sanar as pequenas falhas apontadas e aprimorar as condições evidenciadas pelas comissões de avaliação, de forma a garantir aos futuros alunos o acesso ao ensino superior de qualidade, em instalações plenamente adequadas para tal fim, o que será verificado de acordo com o ciclo avaliativo.

Igualmente, manifesto-me favorável à autorização do curso superior de Engenharia de Produção, bacharelado, pleiteado quando da solicitação do presente processo.

Desta forma, submeto o assunto à deliberação da Câmara de Educação Superior (CES) deste colegiado.

II – VOTO DO RELATOR

Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto favoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, do Centro Universitário SATC (UniSATC), com sede na Rua Pascoal Meller, nº 73, bairro Universitário, no município de Criciúma, no estado de Santa Catarina, mantido pela Associação Beneficente da Indústria Carbonífera de Santa Catarina (SATC), com sede no mesmo município e estado, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, com abrangência de atuação em sua sede e nos eventuais polos a serem criados pela instituição.

Brasília (DF), 11 de novembro de 2020.

Conselheiro Sergio de Almeida Bruni – Relator

III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova, por unanimidade, o voto do Relator.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 2020.

Conselheiro Joaquim José Soares Neto – Presidente

Conselheira Marília Ancona Lopez – Vice-Presidente

No dia 14 de dezembro de 2020, o Parecer CNE/CES nº 673/2020 foi encaminhado para homologação do Ministro de Estado da Educação, sendo restituído ao Conselho Nacional de Educação (CNE) para reexame, em razão das considerações posteriores constantes do Parecer nº 00311/2021/CONJUR-MEC/CGU/AGU, *in verbis*:

[...]

NUP: 00732.003532/2020-96

INTERESSADOS: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DA INDÚSTRIA CARBONÍFERA DE SANTA CATARINA - SATC

ASSUNTOS: Exame quanto à viabilidade de homologação do Parecer CNE/CES nº 673/2020

Ato preparatório. LAI - Lei nº 12.527/2011, art. 7º, § 3º. Decreto nº 7.724/2012, art. 3º, inciso XII, c/c art. 20. Acesso restrito até a publicação do ato normativo.

Viabilidade de homologação do Parecer CNE/CES nº 673/2020.

Credenciamento para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância pleitado pelo Centro Universitário SATC (UniSATC), com sede na Rua Pascoal Meller, nº 73, bairro Universitário, no município de Criciúma, no estado de Santa Catarina.

Pedido protocolado na vigência do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006 e Portaria Normativa MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007.

Peculiaridade do credenciamento para oferta à distância.

Avaliação quando da vigência da Portaria Normativa nº 20/2017. Aplicabilidade. PARECER n. 00403/2018/CONJUR-MEC/CGU/AGU (23000.006966/2018-93), de 9 de abril de 2018.

Portaria Normativa nº 840, de 24 de agosto de 2018. Possibilidade de atualização de seu Plano de Desenvolvimento Institucional e do Projeto Pedagógico do Curso até dez dias antes do período programado para a visita da comissão avaliadora.

Sugestão de não-homologação.

Senhora Consultora Jurídica,

I- DO RELATÓRIO

Cuida-se de homologação do Parecer CNE/CES nº 673/2020, que deliberou sobre pedido de credenciamento para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância pleitado pelo Centro Universitário SATC (UniSATC), com sede na Rua Pascoal Meller, nº 73, bairro Universitário, no município de Criciúma, no estado de Santa Catarina, em trâmite pelo sistema e-MEC sob o nº 201607558.

Em sede de Parecer Final, elaborado em 27/10/2020, a SERES se manifestou pelo indeferimento do pedido, tendo em vista a atribuição de conceitos insatisfatórios em dois indicadores do Eixo 5 – Infraestrutura: conceito 2 (dois) no indicador 5.7

laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física; e conceito 1 (um) no indicador 5.14 Infraestrutura tecnológica, inferiores ao mínimo exigido pela Portaria Normativa MEC nº 20, de 2017.

No que toca ao pedido de autorização do curso de Engenharia de Produção vinculado ao pedido de credenciamento, a SERES asseverou que, embora o curso tenha atendido no âmbito sistêmico e global, resultado suficiente nos referenciais de qualidade dispostos na legislação vigente para o pedido, em função da vinculação com o processo de Credenciamento EaD nº 201607558, o qual não atendeu adequadamente às exigências da instrução processual e foi indeferido, em conformidade com o art. 4º, da Portaria Normativa nº 23/2017, manifestou-se desfavoravelmente ao pleito.

Após, os autos foram remetidos ao Conselho Nacional de Educação (CNE) que, em 11/11/2020, exarou o Parecer CNE/CES nº 673/2020, pelo deferimento do pedido da IES, reformando a decisão da SERES para deferir a autorização para a oferta de cursos superiores e, conseqüentemente, o pedido de credenciamento institucional. Dentre outras considerações, o CNE explicitou que:

De acordo com os elementos colhidos no presente processo, bem como nos apontamentos efetuados no relatório acima, não acolho o parecer da SERES, que sugeriu o indeferimento do pedido de credenciamento para oferta de cursos superiores na modalidade a distância (EaD) do Centro Universitário SATC (UniSATC), pois entendo que, em uma análise global e sistêmica, as falhas apontadas são pequenas e não comprometem a qualidade do ensino da IES, não impedindo assim o seu credenciamento EaD.

Ademais, o CNE destacou que a IES deve adotar de forma imediata as medidas cabíveis com o intuito de sanar as pequenas falhas apontadas e aprimorar as condições evidenciadas pelas comissões de avaliação.

Após, os autos vieram a esta Consultoria Jurídica (CONJUR/MEC), para manifestação no tocante à homologação ministerial do Parecer CNE/CES nº 673/2020.

Analisado o expediente no âmbito desta Consultoria, foi exarada a COTA n. 06115/2020/CONJUR-MEC/CGU/AGU, por meio da qual este órgão de assessoramento jurídico solicitou pronunciamento técnico da SERES acerca dos termos da deliberação do CNE.

Em resposta, a SERES, por intermédio do OFÍCIO Nº 76/2021/COREAD/DIREG/SERES/SERES-MEC, de 15 de abril de 2021, esclareceu que o padrão regulatório a ser seguido pela SERES deve ser aquele previsto na Portaria Normativa nº 20, de 2017, dado que inexistente permissão no bojo da Instrução Normativa SERES/MEC nº 01, de 2018. (Grifo nosso)

Outrossim, asseverou que sua manifestação foi fundamentada em critérios estritamente técnicos, tendo em vista o relatório de avaliação que evidenciou fragilidades que afetam o pedido de credenciamento EaD solicitado, não sendo identificado erro de fato e de direito, razão pela qual ratificou sua decisão pretérita.

Adicionalmente, registrou que a Instituição foi credenciada provisoriamente, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, por meio da Portaria MEC nº 370/2018, publicada no DOU de 23 de abril de 2018, revogada pela Portaria MEC nº 1.010/2019, publicada no DOU de 21 de maio de 2019, que, em resumo, reproduziu a listagem de IES da portaria anterior, acrescentando outras instituições que faziam jus ao credenciamento provisório. E, conforme estabelece o Parecer CNE/CES nº 644/2018, que fundamentou a expedição da Portaria MEC nº 1.010/2019, em caso de indeferimento do pedido de credenciamento EaD que obteve

ato provisório, fica a IES obrigada à suspensão imediata das atividades educacionais na modalidade a distância, com a transferência dos estudantes para cursos presenciais análogos da própria instituição, desde que haja vagas, e/ou para cursos presenciais ou EaD de outra instituição devidamente credenciada, sob pena de instauração de procedimento sancionador de Supervisão.

É o relatório. Passo a opinar.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre registrar que a Constituição de 1988 trouxe previsão específica de funções essenciais à Justiça, no Título IV, Capítulo IV, contemplando, na Seção II, a denominada advocacia pública. A Advocacia-Geral da União (AGU), como função essencial à justiça, é responsável por desempenhar a advocacia de Estado. Essa essencialidade à justiça deve ser entendida no sentido mais amplo que se possa atribuir à expressão, estando compreendidas no conceito de essencialidade todas as atividades de orientação, fiscalização e controle necessárias à defesa de interesses protegidos pelo ordenamento jurídico.

O art. 131 da Constituição, ao destacar a AGU, destacou como sua competência, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico ao Poder Executivo, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento.

Nesse diapasão o art. 11, inciso V, da Lei Complementar n.º 73, de 1993 - Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União[1] -, estabeleceu, no que tange à atividade de consultoria ao Poder Executivo junto aos ministérios, a competência das Consultorias Jurídica para assistir a autoridade assessorada no controle interno da constitucionalidade e legalidade administrativa dos atos a serem por ela praticados.

Essa competência das consultorias jurídicas — de controle preventivo de legalidade — é uma relevante atribuição de advocacia de Estado, que visa garantir a observância, por autoridades integrantes do Poder Executivo, dos princípios constitucionais e das disposições normativas na prática.

É importante destacar que esse controle interno da legalidade, que se concretiza na análise de atos normativos, de consultas, de programas, políticas e ações públicas por esta Consultoria cinge-se à constatação da conformação jurídico-formal da proposição com a Constituição, com as normas infraconstitucionais, notadamente com aquelas relativas à matéria educacional, não cabendo, portanto, a este órgão jurídico adentrar em aspectos relativos à conveniência e à oportunidade da prática dos atos administrativos, que estão reservados à esfera discricionária do administrador público legalmente competente, tampouco examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira, conforme didaticamente enuncia o Enunciado n.º 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União [2].

Em suma, a Constituição Federal reservou à Advocacia de Estado papel de intérprete constitucional das normas e princípios constantes da Constituição e das diversas leis e normas infralegais do Ordenamento Jurídico nacional para viabilizar o seguro, impessoal e eficiente assessoramento jurídico dos Poderes da República, sempre com vistas à proteção dos valores fundamentais da República Federativa do Brasil, notadamente o respeito à dignidade da pessoa humana e aos direitos e garantias fundamentais.

Feitas essas considerações, observa-se que na perspectiva jurídico-formal, compete ao Conselho Nacional de Educação – CNE, nos termos do art. 6º, I e II, do

Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, exercer atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento do Ministro de Estado da Educação e deliberar sobre pedidos de credenciamento e recredenciamento de IES e de autorização de curso, in verbis:

Art. 6º Compete ao CNE:

I - exercer atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministro de Estado da Educação nos temas afetos à regulação e à supervisão da educação superior, inclusive nos casos omissos e nas dúvidas surgidas na aplicação das disposições deste Decreto;

II - deliberar, por meio da Câmara de Educação Superior, sobre pedidos de credenciamento, recredenciamento e descredenciamento de IES e autorização de oferta de cursos vinculadas a credenciamentos;

(...)

Outrossim, cumpre destacar o comando trazido pela Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, estabelece no art. 9º e seu § 2º, alínea “e”, a atribuição para que a Câmara de Educação Superior do CNE delibere “sobre a autorização, o credenciamento e o recredenciamento periódico de instituições de educação superior, inclusive de universidades, com base em relatórios e avaliações apresentados pelo Ministério da Educação e do Desporto”

Com efeito, no cumprimento de sua atribuição, o CNE deve deliberar sobre a conformidade do requerimento do interessado com a legislação aplicável, a regularidade da instrução e a respeito do mérito do pedido.

Na espécie, cumpre noticiar que, o processo objeto dos presentes foi protocolado em 20/10/2016 e sua avaliação ocorreu de 17/02/2019 a 21/02/2019, conforme informação extraída do sistema e-mec.

Na fase INEP – Avaliação, finalizada em 21/02/2019, embora a instituição tenha obtido conceito final 4, foram atribuídos conceitos insatisfatórios em dois indicadores do Eixo 5 – Infraestrutura: conceito 2 (dois) no indicador 5.7 laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física; e conceito 1 (um) no indicador 5.14 Infraestrutura tecnológica, a saber:

Dimensão 5: EIXO 5- Infraestrutura - conceito 2,65

Indicador: laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas (infraestrutura física) - conceito 2

Indicador: infraestrutura tecnológica - conceito 1

Além da dimensão e dos indicadores especificados acima, foram avaliados com conceito insatisfatório os seguintes indicadores:

- Política de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores presenciais (quando for o caso) e a distância: conceito 1;*
- Instalações Administrativas: conceito 2;*
- Salas de aula: conceito 2;*
- Salas de professores: conceito 2;*
- Espaços para atendimento aos discentes: conceito 2;*
- Espaços de convivência e de alimentação: conceito 2;*
- Bibliotecas: conceito 1;*
- Instalações sanitárias: conceito 2; e*

- Plano de expansão e atualização de equipamentos: conceito 1.

Salienta-se que a IES impugnou o relatório de avaliação do INEP, oportunidade na qual as instituições têm a possibilidade de questionar os conceitos atribuídos pelos avaliadores. Ocorre que a CTAA votou pela manutenção do relatório da Comissão de Avaliação.

Em sede Parecer Final, em 27/10/2019, a SERES sugeriu o indeferimento do credenciamento institucional da IES, em razão da instituição ter apresentado conceitos insatisfatórios em dois indicadores do Eixo 5 – Infraestrutura: conceito 2 (dois) no indicador 5.7 laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física; e conceito 1 (um) no indicador 5.14 Infraestrutura tecnológica, não atendendo, portanto, no mínimo e cumulativamente, os critérios constantes nos artigos 3º e 5º, da Portaria Normativa MEC nº 20/2017. Ressalte-se que, em consequência, a SERES se manifestou pelo indeferimento da autorização do curso pleiteado.

De fato, o artigo 3º da Portaria Normativa MEC nº 20, de 2017, utilizada pela SERES para fundamentar sua decisão, enuncia que, na fase de parecer final, a análise dos pedidos de credenciamento e recredenciamento terá como referencial o Conceito Institucional - CI e os conceitos obtidos em cada um dos eixos avaliados, sem prejuízo de outras exigências previstas na legislação e de medidas impostas no âmbito da supervisão, observando-se, no mínimo e cumulativamente, os seguintes critérios:

Art. 3º Na fase de parecer final, a análise dos pedidos de credenciamento e recredenciamento terá como referencial o Conceito Institucional - CI e os conceitos obtidos em cada um dos eixos avaliados, sem prejuízo de outras exigências previstas na legislação e de medidas impostas no âmbito da supervisão, observando-se, no mínimo e cumulativamente, os seguintes critérios:

I - CI igual ou maior que três;

II - conceito igual ou maior que três em cada um dos eixos contidos no relatório de avaliação externa in loco que compõem o CI;

III - plano de garantia de acessibilidade, em conformidade com a legislação em vigor, acompanhado de laudo técnico emitido por profissional ou órgão público competentes;

IV - atendimento às exigências legais de segurança predial, inclusive plano de fuga em caso de incêndio, atestado por meio de laudo específico emitido por órgão público competente; e

V - certidão negativa de débitos fiscais e de regularidade com a seguridade social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

Igualmente, o art. 5º, da Portaria Normativa MEC nº 20, de 2017, estabelece a necessidade de conceitos acima de 3 (três) no indicador, laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física, in verbis:

Art. 5º O pedido de credenciamento EaD será indeferido, mesmo que atendidos os critérios estabelecidos pelo art. 3º desta Portaria Normativa, caso os seguintes indicadores obtiverem conceito insatisfatório menor que 3 (três): (Redação dada pela Portaria Normativa nº 741, de 2018)

I - PDI, política institucional para a modalidade EaD;

II - estrutura de polos EaD, quando for o caso;

III - infraestrutura tecnológica;

- IV - infraestrutura de execução e suporte;*
- V - recursos de tecnologias de informação e comunicação;*
- VI - Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA; e*
- VII - laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física, quando for o caso.*

No caso dos autos, conforme anteriormente explicitado, a instituição obteve conceitos 2,65 no eixo infraestrutura, e conceito 2 (dois) no indicador 5.7 laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física; e conceito 1 (um) no indicador 5.14 Infraestrutura tecnológica, inferiores, portanto, aos exigidos na Portaria Normativa MEC nº 20, de 2017.

Sem embargos, em que pese a manifestação desfavorável da SERES, o CNE exarou o Parecer CNE/CES n.º 673/2020, entendendo pela viabilidade do credenciamento da instituição, juntamente com o curso superior pleiteado.

Em suas razões, destacou aquele Colegiado que as falhas apontadas são pontuais e sanáveis, não comprometendo a qualidade do ensino.

Importante esclarecer, como acertadamente pontuado pela SERES em sua manifestação técnica, esta Consultoria Jurídica, por intermédio do PARECER n.º 00403/2018/CONJUR-MEC/CGU/AGU, proferido nos autos do processo nº 23000.006966/2018-93, ao analisar a aplicação das normas no tempo, considerando a entrada em vigor do novo marco regulatório da educação superior, assentou entendimento de que cada fase processual deve obediência à norma então vigente, litteris:

Conforme oportunamente explicitado, normas de caráter processual são tão-somente aqueles referentes ao fluxo, trâmite processual. São normas de cunho meramente procedimental. Por sua vez, as normas de caráter material encerram em seu comando obrigações, deveres a serem seguidos pelos sujeitos da relação jurídica. São aquelas que definem direitos e deveres e estabelecem os seus requisitos e formas de exercício.

Nesse passo, a nosso ver, os requisitos de avaliação e análise regulatória (condições e requisitos que a IES ou o curso devem cumprir para obter os atos autorizativos) devem ser entendidos como normas de caráter material, e assim, a rigor, apenas serem exigidos nos processos regulatórios iniciados após a sua vigência. Tal entendimento se justifica face ao princípio da segurança jurídica, prescrito no art. 2º da Lei nº 9.784, de 1999, que regula os processos administrativos no âmbito da Administração Federal, o qual indica o mínimo de previsibilidade necessária que o estado de Direito deve oferecer a todo cidadão, a respeito de quais são as normas de convivência que ele deve observar e com base nas quais pode travar relações jurídicas válidas e eficazes.

A segurança jurídica constitui, portanto, o princípio que garante um certo grau de previsibilidade acerca das condutas da Administração Pública perante os indivíduos, a certeza de que estes não serão – ou pelo menos não deveriam ser – subitamente surpreendidos por uma mudança de orientação na ação do Estado, especialmente se esta lhes for prejudicial. Neste sentido, Maria Zanella di Pietro explicita a importância da segurança jurídica no âmbito do Direito Administrativo [7], afirmando que:

O princípio se justifica pelo fato de ser comum, na esfera administrativa, haver mudança de interpretação de determinadas normas legais, com a consequente mudança de orientação, em caráter normativo, afetando situações já reconhecidas e consolidadas na vigência de orientação anterior. Essa possibilidade de mudança de

orientação é inevitável, porém gera insegurança jurídica, pois os interessados nunca sabem quando a sua situação será passível de contestação pela própria Administração Pública.

No entanto, como vimos, tais normas são passíveis de aplicação às situações pendentes, desde que o diploma que as veicule, em suas disposições transitórias, disponha expressamente nesse sentido, respeitados, por óbvio, o ato jurídico perfeito e o direito adquirido.

c) Em sendo necessário fazer a distinção da alínea "a", é possível entender que apenas se aplica de forma imediata aos processos em trâmite as disposições processuais na legislação inovadora, incluindo-se a Portaria Normativa MEC nº 21/2017?

A nosso ver, via de regra, sim, apenas se aplicam de imediato as normas processuais aos processos pendentes, a exemplo da Portaria Normativa MEC Nº 21, de 2017. No entanto, utilizando-se o critério adotado por Maria Helena Diniz, para solução de conflitos de normas no tempo, havendo disposições transitórias expressas acerca da aplicação imediata das normas mesmo de cunho material, as mesmas são aplicáveis de imediato, por óbvio, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.

d) É viável, considerando a intenção de se evitar um acréscimo de demandas judiciais, bem como visando cumprir o princípio da legalidade administrativa, garantir a aplicação do novo corpo normativo àqueles casos em que ainda não tenha ocorrido a avaliação in loco, pelo INEP, considerando-se a data de vigência do Decreto nº 9.235/2017 e das Portarias Normativas que regulamentam a matéria, resguardado o aproveitamento dos atos já produzidos no processo administrativo, e aplicando-se a legislação revogada aos casos em que já houvera ultrapassado a fase de avaliação, ou seja, em que o INEP já tenha ultimado os seus trâmites, inclusive no que se refere ao respectivo recurso à CTAA, quando da entrada em vigor da nova legislação, adotando a fase de avaliação do INEP como marco temporal à aplicação da norma?

Conforme explicitado oportunamente, a rigor, apenas as normas processuais do novel normativo têm aplicação imediata aos processos em curso, respeitados os atos já praticados sob a égide da norma revogada. Assim, no que toca às normas de cunho eminentemente instrumental, a aplicação é imediata, ou seja, face ao princípio do isolamento dos atos processuais, atualmente positivado no Novo CPC, segundo o qual processo é um conjunto de atos, sendo que cada ato pode ser considerado isoladamente para os efeitos de aplicação da lei nova. Assim, a novel norma atingirá o processo no ponto em que está não retroagindo aos atos processuais já realizados sob o comando da norma revogada, haja vista a garantia constitucionalmente plasmada ao ato jurídico perfeito.

Por outro lado, no que toca às normas substantivas, a nosso ver, desde que expressamente definido na norma que rege a fase de avaliação in loco, podem ser aplicadas imediatamente aos processos em que aquela avaliação ainda esteja pendente, isto é, quando ainda não se tenha iniciado tal fase, resguardado o aproveitamento dos atos já produzidos anteriormente no curso do processo administrativo.

No entanto, eleger aleatoriamente, no presente momento, a fase de avaliação como marco temporal da aplicação das novas normas de cunho material, isto é, determinar que as normas relativas à avaliação se apliquem de imediato aos processos pendentes, sem qualquer indicativo normativo nesse sentido, a nosso ver, não é possível, por flagrante afronta aos princípios da legalidade e da segurança jurídica que regem o processo administrativo [8].

No caso dos autos, a despeito do Decreto nº 9.235, de 2017, estabelecer em seu artigo 106 que os processos iniciados antes da data de entrada em vigor deste Decreto obedecerão às disposições processuais nele contidas, com aproveitamento dos atos já praticados, a nosso ver, não prejudica a existência de norma de cunho transitório que preveja a aplicação imediata aos processos pendentes das normas substancias previstas nos demais normativos regulamentadores, a exemplo, da Portaria Normativa MEC nº 20, de 2017, que dispõe expressamente que suas disposições aplicam-se aos processos protocolados a partir de sua publicação e aos processos atualmente em tramitação no âmbito deste MEC.

A uma, porque o Decreto regulamenta os processos de regulação, supervisão e avaliação apenas em linhas gerais, tendo inclusive aquele mesmo ato normativo deferido a regulamentação de questões mais técnicas e específicas ao órgão regulador que, pela proximidade com a realidade a ser disciplinada, consegue alcançar filigranas que apenas lhe são perceptíveis no dia-a-dia da regulação.

A duas, porque a esses atos regulamentadores, por óbvio, observados os limites definidos no ato que regulamenta, é atribuída uma certa margem de liberdade/discricionariedade para definir, modular os seus efeitos para os casos em concreto, evidente que resguardados o ato jurídico perfeito e o direito adquirido, considerando a realidade dos processos regulatórios.

Ademais, importante ressaltar que o Supremo Tribunal Federal consagrou jurisprudência, de natureza quase principiológica, segundo a qual “não há direito adquirido a regime jurídico” (RE 227755 AgR / CE, dentre muitos).

Evidentemente que esse reconhecimento se revela importante elemento de ajuste das relações administrativas às possibilidades governamentais, sobretudo à luz da reserva do possível e de evolução legislativa e jurídica.

Em sendo assim, repise-se que, desde que expressamente definido na norma que rege a fase de avaliação in loco, podem ser aplicadas imediatamente aos processos em que aquela avaliação ainda esteja pendente, isto é, quando ainda não se tenha iniciado tal fase, resguardado o aproveitamento dos atos já produzidos anteriormente no curso do processo administrativo.

No entanto, por cautela, recomenda-se a comunicação das instituições sobre a aplicação de tais normas, antes do início da fase de avaliação in loco, para eventual necessidade de adequação de documentação face aos novos requisitos postos pela nova regulamentação, com vistas a evitar questionamentos futuros.

Percebe-se da análise da manifestação acima transcrita que as normas de cunho processual se aplicam de imediato aos processos em tramitação e que as normas de cunho material, como as que estabelecem condições regulatórias, por exemplo, podem ser aplicadas imediatamente aos processos em que aquela avaliação ainda esteja pendente, isto é, quando ainda não se tenha iniciado tal fase, resguardado o aproveitamento dos atos já produzidos anteriormente no curso do processo administrativo, desde que haja indicação de sua aplicação na norma que rege a fase de avaliação in loco, ou estabelece esses novos critérios de avaliação, e que se dada oportunidade para as instituições se adequarem ao novo padrão avaliativo.

Note-se que, em suma, o entendimento deste órgão foi de não aplicação do Decreto nº 9.235, de 2017, e da PN nº 20, de 2017, aos processos protocolados antes da sua vigência e que tenham superado a fase de avaliação in loco, o que não configura a hipótese dos narrada nos autos.

Ora, verifica-se que a Portaria Normativa MEC nº 20, de 2017, em seu artigo 29, enuncia que suas disposições se aplicam aos processos protocolados a partir da data de publicação do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e, no que couber, aos processos em tramitação até a data de publicação do referido Decreto (Redação dada pela Portaria Normativa nº 741, de 2018).

Ademais, ressalte-se que a Instrução Normativa SERES nº 1, de 2018, conforme entendimento expresso no Parecer nº 00233/2020/CONJUR-MEC/CGU/AGU (processo SEI 23000.001526/2020-64), aplica-se tão-somente aos processos de credenciamentos presenciais, litteris:

25. Nesse viés, deve prevalecer a literalidade do art. 1º da Instrução Normativa SERES/MEC n.º 01, de 2018, que não deixar dúvidas de que seu âmbito de aplicação está restrito aos atos regulatórios das Instituições de Ensino que desenvolvem suas atividades na modalidade presencial, vejamos:

Art. 1º Os pedidos de credenciamento e reconhecimentos de instituições de educação superior, e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação na modalidade presencial, do sistema federal de ensino, protocolados até 22 de dezembro de 2017, data da publicação da Portaria Normativa MEC nº 20, de 21 de dezembro de 2017, serão analisados pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES de acordo com os critérios e o padrão decisório estabelecidos nesta Instrução Normativa, sem prejuízo do disposto na legislação vigente.

26. Assim sendo, ao caso em tela, o padrão regulatório a ser seguido pela SERES deve ser aquele previsto na Portaria Normativa nº 20, de 2017, dado que inexistente permissão no bojo da Instrução Normativa SERES/MEC n.º 01, de 2018, de aplicação aos atos regulatórios de reconhecimento de curso na modalidade a distância.

Desse modo, no caso dos autos, considerando as informações constantes nos autos de que o processo em questão foi protocolado em 20/10/2016 e sua avaliação in loco foi no ano de 2019, posterior, portanto, à edição da PN MEC nº 20, de 2017, entende-se que a SERES conduziu o presente processo de forma acertada quanto à aplicação do padrão decisório pertinente.

Importante esclarecer que os pedidos autorizativos para a modalidade à distância se revestem de peculiaridades se comparados à modalidade presencial. É inquestionável que a tecnologia e as ferramentas que subsidiam tal modalidade de oferta estão em constante atualização/modernização que, portanto, não podem ser desconsideradas do momento da avaliação in loco, sob pena de serem credenciadas instituições e cursos com tecnologias defasadas que podem vir a comprometer a qualidade do ensino, da qual o MEC é verdadeiro guardião. (Grifo nosso)

Na espécie, ressalte-se que a instituição de ensino teve a possibilidade de atualização de seu Plano de Desenvolvimento Institucional e do Projeto Pedagógico do Curso até dez dias antes do período programado para a visita da comissão avaliadora, nos termos da Portaria Normativa nº 840, de 24 de agosto de 2018, republicada por ter saído, no Diário Oficial da União no 165, de 27 de agosto de

2018, Seção 1, páginas 99 a 102, com incorreção no original, com vistas à adequação ao novo padrão decisório instituído:

Art. 6º O Formulário Eletrônico de avaliação é o instrumento de avaliação disponibilizado eletronicamente.

§ 1º O Formulário Eletrônico de avaliação deve ser preenchido pela instituição de educação superior ou pela EGov, cujas informações e dados serão posteriormente verificados pela comissão avaliadora, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional e com o Projeto Pedagógico do Curso, também devendo ser consideradas, nos processos referentes ao Sinaes, as Diretrizes Curriculares Nacionais, quando houver, o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia e demais normativos pertinentes.

§ 2º O preenchimento do Formulário Eletrônico de avaliação é condição indispensável para a visita e deve respeitar o prazo estabelecido, sem possibilidade de prorrogação ou adiamento.

§ 3º Com a finalização do preenchimento do Formulário Eletrônico de avaliação, a instituição de educação superior confirma que está preparada para receber a visita e iniciam-se os procedimentos de designação da comissão avaliadora, vedada a programação de datas de acordo com o interesse do requerente.

§ 4º Poderão ser abertos até seis formulários simultaneamente, para a mesma instituição, sendo-lhe facultado solicitar a ampliação ou redução deste quantitativo.

§ 5º A falta do preenchimento do Formulário Eletrônico de avaliação de cursos no prazo de quinze dias e de instituições, no prazo de trinta dias, ensejará o encerramento da fase de avaliação, com sugestão de arquivamento à Secretaria competente do Ministério da Educação.

§ 6º Poderá ser inserida no Formulário Eletrônico de avaliação, pela instituição de educação superior ou EGov, versão atualizada do Plano de Desenvolvimento Institucional e do Projeto Pedagógico do Curso até dez dias antes do período programado para a visita da comissão avaliadora. (g.f)

Esclareça-se que mesmo após a oportunidade de adequação as novas exigências avaliativas, conforme noticiado pela SERES, a instituição obteve conceitos insatisfatórios nos indicadores infraestrutura de execução e suporte e recursos de tecnologias de informação e comunicação, não atendendo, portanto, no mínimo e cumulativamente, os critérios constantes do art. 3º e art. 5º, da Portaria Normativa MEC nº 20/2017.

A esse respeito, cumpre tecer breves considerações sobre a atribuição dos conceitos de avaliação.

A Constituição da República prescreve de forma expressa, em seu art. 209, incisos I e II, que o ensino é livre à iniciativa privada, desde que cumpridas as normas gerais da educação superior e atendidas as condições de autorização e avaliação pelo Poder Público [3]. Além disso, a Magna Carta prevê como princípio, em seu art. 206, inciso VII, a garantia de um padrão de qualidade para o ensino ministrado no País, sendo o Ministério da Educação o guardião direto deste mandamento na esfera do Sistema Federal de Ensino.

Como concretude do mandamento constitucional, a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, em seu artigo 3º, estabelece que a avaliação das instituições de ensino tem por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de

suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente as seguintes:

- *a missão e o plano de desenvolvimento institucional;*
- *política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;*
- *a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;*
- *a comunicação com a sociedade;*
- *as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;*
- *organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;*
- *infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;*
- *planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;*
- *políticas de atendimento aos estudantes;*
- *sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.*

Igualmente, dispõe o indigitado o §3º do mesmo artigo que a avaliação das instituições de educação superior resultará na aplicação de conceitos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas.

Note-se que o legislador conferiu concretude ao mandamento constitucional plasmado no inciso II do artigo 209, determinando os instrumentos que balizam a atuação do Ministério da Educação - MEC na sua missão de assegurar o cumprimento das condições de autorização, avaliação e zelo pelo padrão de qualidade adequado da educação brasileira. Com esse fim, editaram-se: a Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996; a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004; o Decreto nº 5.773, de 2006, revogado pelo Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; a Portaria Normativa MEC nº 40, de 2010, atualmente revogada, a Portaria Normativa nº 20, de 21 de dezembro de 2017, dentre outros atos normativos.

Quadra pontuar que o mesmo diploma legal define expressamente, em seu artigo 2º, parágrafo único, que o SINAES deverá assegurar avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos. E mais, ressalta que os resultados da avaliação do SINAES constituirão referencial básico dos processos de regulação e supervisão da educação superior, neles compreendidos o credenciamento e a renovação de credenciamento de instituições de educação superior, a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação [4].

Como se observa, a Lei do SINAES estabelece de forma categórica que a avaliação institucional deverá considerar a avaliação global e integrada das

dimensões, estruturas e outros componentes relacionados, o quais constituirão referencial básico e objetivo para aferição pelo Poder Regulador do padrão de qualidade da instituição e dos cursos que se pretende ofertar, em concretude ao mandamento constitucional de garantia pelo Poder Público do padrão de qualidade da educação.

Ora, a avaliação é feita por técnicos selecionados com base nos critérios estabelecidos consoante as disposições presentes na legislação aplicável, a qual estabelece todo o regramento para a formulação dos conceitos de avaliação in loco, estabelecendo critérios para o Conceito Institucional – CI (considera as dez dimensões avaliativas definidas no art. 3º, incisos I a X da Lei nº 10.861, de 2004) e o Conceito de Curso – CC (considera três dimensões - organização didático-pedagógica, perfil do corpo docente e instalações físicas).

Assim, o legislador ordinário conferiu à Administração Pública discricionariedade para definir quais são os critérios que autorizam determinada instituição a ofertar cursos superiores e, uma vez normatizado tal regramento, não só os administrados, mas também a própria Administração passa a estar vinculada às normas editadas. Nada impede que, entendendo pela rigidez ou descompasso social da norma, a Administração edite outro normativo em substituição à regra anterior, desde que observado os limites constitucionais e legais.

É ainda relevante ressaltar que a Constituição de 1988 proclama a legalidade como um dos princípios a que se submete a Administração Pública direta e indireta, em conformidade com o estabelecido Estado de Direito, referido já no preâmbulo da Constituição e em seu artigo 1º, sendo o princípio da legalidade um dos seus fundamentos.

Nesse sentido, a Administração Pública está adstrita, dentre outros, ao princípio da legalidade, que encontra fundamento constitucional no art. 5º, inciso II, pois, como preleciona Hely Lopes Meirelles, “a legalidade, como princípio de administração, significa que o administrador público está, em toda sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei, e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se à responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso” [5].

Ademais, assinala-se também que o princípio da legalidade se ampliou para abranger os atos normativos baixados pelo Poder Executivo, com força de lei, e estendeu-se a todo o âmbito de atuação administrativa. O princípio da legalidade passou a significar que a Administração só pode fazer o que a lei permite (princípio da vinculação positiva). Tais atos normativos, desde que expedidos com observância da Constituição e das leis, vinculam as autoridades administrativas.

No caso em tela, os órgãos técnicos da SERES e do INEP formularam manifestação de acordo com critérios estritamente de natureza técnica, características marcantes das decisões tomadas com base na discricionariedade técnica, verificadas ao tempo da avaliação, utilizando-se do padrão decisório pertinente, qual seja, a PN MEC nº 20, de 2017.

De mais a mais, é inconteste que compete ao MEC, juntamente com o Conselho Nacional de Educação - CNE, a busca primordial pela oferta efetiva de ensino superior de qualidade, mediante a prática de atos administrativos próprios restritos à legalidade. Desse modo, não é cabível ao Administrador apresentar juízos de valor elásticos, visando aumentar os conceitos atribuídos em avaliações técnicas, sob pena de ferir a qualidade do ensino superior, a segurança jurídica, e até mesmo a igualdade entre as demais Instituições de Ensino Superior – IES.

Nesse sentido, o CNE não pode fazer juízos de valor elásticos, visando aumentar os conceitos atribuídos em avaliações técnicas. Ressalte-se, ainda, que, os atos autorizativos emanados pelo MEC são atos administrativos vinculados, ou seja, são atos que contêm todos os seus elementos constitutivos vinculados às normas postas, não existindo, por conseguinte, qualquer subjetivismo ou valoração do administrador, mas apenas a averiguação da conformidade do ato com as normas que regem o sistema federal de ensino. Isto é, não há margem para realizar a valoração da conveniência e da oportunidade, ou seja, o administrador deve seguir estritamente o que está previsto nas normas pertinentes, não comportando, portanto, exercício de razoabilidade. (Grifo nosso)

Neste contexto, entende esta Consultoria que não merece censura a manifestação da SERES, visto que pautada em critérios estritamente técnicos e seguindo o que determina o disposto nos normativos que versam o credenciamento institucional na modalidade a distância.

Pois bem. É cediço que o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, estabelece como exigência para eficácia das deliberações e pronunciamentos do Conselho Pleno e das Câmaras do Conselho Nacional de Educação a homologação pelo Ministro de Estado da Educação.

Em sendo assim sendo, considerando o acima exposto e os resultados avaliativos obtidos pela instituição de ensino, com amparo no Parecer Final da SERES, bem como no OFÍCIO Nº 76/2021/COREAD/DIREG/SERES/SERES-MEC, sugere esta Consultoria a não homologação do Parecer CNE/CES nº 673/2020.

Por fim, cumpre apenas explicitar a natureza meramente opinativa dos pareceres jurídicos em casos desse jaez, não havendo nenhuma exigência legal que o gestor público vincule-se às conclusões aqui exaradas. Com efeito, em regra, as manifestações consultivas emitidas pela AGU têm o objetivo de subsidiar a decisão do Administrador Público, apontando a legislação aplicada ao caso e as possíveis interpretações jurídicas que recaem sob o caso concreto, cabendo ao gestor escolher a que melhor amparam sua decisão.

III- CONCLUSÃO

Assim, feitas essas considerações, ante as informações coligidas aos autos, esta Consultoria Jurídica se manifesta pela não homologação do Parecer CNE/CES n.º 673/2020, que deliberou favoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, do Centro Universitário SATC (UniSATC), com sede na Rua Pascoal Meller, nº 73, bairro Universitário, no município de Criciúma, no estado de Santa Catarina, mantido pela Associação Beneficente da Indústria Carbonífera de Santa Catarina (SATC), com sede no mesmo município e estado.

Registre-se finalmente, como bem pontuado pela SERES, que, conforme estabelece o Parecer CNE/CES nº 644/2018, que fundamentou a expedição da Portaria MEC nº 1.010/2019, em caso de indeferimento do pedido de credenciamento EaD que obteve ato provisório, como o caso dos autos, fica a IES obrigada à suspensão imediata das atividades educacionais na modalidade a distância, com a transferência dos estudantes para cursos presenciais análogos da própria instituição, desde que haja vagas, e/ou para cursos presenciais ou EaD de outra instituição devidamente credenciada, sob pena de instauração de procedimento sancionador de Supervisão.

Com essas considerações, proponho o encaminhamento dos presentes autos Gabinete do Ministro de Estado da Educação, via Secretaria Executiva, acompanhada da minuta de despacho em anexo, caso se acate os fundamentos da presente manifestação.

Após a homologação ministerial, remetam-se os autos à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior para providências decorrentes, notadamente quanto ao acompanhamento do disposto no item 61 supra.

Ao Setor de Revisão de Atos para confecção da minuta de despacho proposta.

À consideração superior.

Brasília, 27 de abril de 2021.

*FABIANA SOARES HIGINO DE LIMA
Advogada da União
Coordenadora-Geral para Assuntos Finalísticos*

Nestes termos, em 13 de setembro de 2021, voltam os autos do Gabinete do Ministro de Estado da Educação, para reexame da matéria na esfera da CES.

Considerações do Relator

Conforme dispõe o artigo 6º, inciso II, do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, esta Câmara de Educação Superior é a unidade administrativa competente para deliberar sobre os pedidos de credenciamento e autorização de oferta de cursos superiores vinculados ao credenciamento.

Em contrapartida, preceitua o artigo 24, inciso III, do Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, onde estão elencadas as atribuições das unidades do Ministério da Educação, que compete à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), em face dos processos regulatórios de credenciamento, tão somente “**emitir parecer nos processos de credenciamento** e recredenciamento de instituições de educação superior para as modalidades presencial e a distância”. (Grifo nosso)

Não obstante, preleciona ainda o artigo 8º da Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, que o parecer da SERES tem caráter sugestivo e antecedente à decisão da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CES/CNE), instância esta, como demonstrado há pouco, originária para deliberar sobre o credenciamento de Instituições de Educação Superior (IES).

Sublinhe-se, ainda, que o padrão decisório consignado na Portaria Normativa MEC nº 20/2017 é de natureza infralegal. Deve, por óbvio, e em respeito às normas pátrias, ser aplicada em consonância com o ato normativo hierarquicamente superior. No caso, temos que a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 – Lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), impõe escalonamento conceitual concebido em 5 (cinco) níveis.

Por derradeiro, encontra-se esculpida no artigo 19, § 4º do Decreto nº 9.235/2017, regra que aduz literalmente: “A avaliação externa in loco, realizada pelo Inep, **institucional e dos cursos será realizada por comissão única de avaliadores**”. (Grifo nosso)

De fato, claro está que não existe amparo legal para se presumir que a deliberação da CES esteja vinculada aos argumentos da SERES. Igualmente, não vislumbro no arcabouço legal substrato capaz de restringir a decisão regulatória à avaliação.

Isto posto, ao nos concentrarmos nos fundamentos contidos no Parecer CNE/CES nº 673/2020, infere-se que o Conselheiro Sergio de Almeida Bruni firmou sua decisão de acordo com os elementos subjacentes ao processo. Ademais, seu entendimento foi ratificado pela unanimidade dos membros deste Colegiado, em franca conformação ao conceito de decisão colegiada.

De todo modo, diante dos argumentos tecidos pela Consultoria Jurídica do Ministério da Educação (Conjur/MEC), sob os quais o Ministro de Estado da Educação se ampara para fundamentar o pedido de reexame, e da tese utilizada pelo Conselheiro Sergio de Almeida Bruni, esta Relatoria teceu algumas reflexões que levam a rever a decisão originária. De fato, o conceito final apurado na avaliação institucional foi 4 (quatro). Contudo, vejo que a IES obteve conceito insatisfatório no Eixo 5 – Infraestrutura (conceito 2,65), bem como em indicadores considerados fundamentais para uma IES que se propõe a ofertar cursos superiores na modalidade EaD.

Com efeito, há convicção de que a IES avaliada tem qualidade. Trata-se de um Centro Universitário, com cursos superiores presenciais muito bem avaliados. Se esta Casa tivesse a prerrogativa de suscitar dúvidas diretamente à CTAA, certamente isso seria feito por este Conselheiro. De todo modo, é cediço que não possuímos tal atribuição. Neste contexto, não se pode desconsiderar que a IES obteve conceitos que, à luz da legislação, e à própria perspectiva deste Relator, estão abaixo da expectativa de qualidade almejada. Ora, é do conhecimento deste Colegiado que este Conselheiro vem sobrepondo a questão da infraestrutura tecnológica em patamar superior aos demais itens avaliados ao deparar-se com processos que envolvem a oferta de cursos superiores na modalidade EaD.

Neste contexto, em que pese o robusto parecer do Conselheiro Sergio de Almeida Bruni, em uma análise holística, esta Relatoria opina que, no caso concreto, os conceitos inerentes à infraestrutura tecnológica, elemento fundamental da oferta de curso superior na modalidade EaD, não se adequam às normas regulatórias e ao padrão de qualidade esculpido na própria Constituição Federal de 1988. Não obstante, este Relator salienta que realiza revisão de voto própria, haja vista ter votado favoravelmente ao relato da matéria no momento de sua apreciação.

Diante do exposto acima, entendo que o Parecer CNE/CES nº 673/2020 deve ser reparado e, em consequência, posiciono-me pela reforma do voto deliberado originariamente por esta Câmara.

II – VOTO DO RELATOR

Voto, em sede de reexame, pela reforma do Parecer CNE/CES nº 673, de 11 de novembro de 2020, e manifesto-me desfavorável ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, do Centro Universitário SATC (UniSATC), com sede na Rua Pascoal Meller, nº 73, bairro Universitário, no município de Criciúma, no estado de Santa Catarina, mantido pela Associação Beneficente da Indústria Carbonífera de Santa Catarina (SATC), com sede no mesmo município e estado.

Brasília (DF), 27 de janeiro de 2022.

Conselheiro Joaquim José Soares Neto – Relator

III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova, por unanimidade, o voto do Relator.
Sala das Sessões, em 27 de janeiro de 2022.

Conselheiro Joaquim José Soares Neto – Presidente

Conselheira Marília Ancona Lopez – Vice-Presidente